

WORKSHOP DE PLANEJAMENTO, INCLUINDO A FASE PREPARATÓRIA COM ABORDAGEM PRÁTICA

PROFESSOR: ADM. SENDER SIL

- **PONTOS DE DESTAQUE DA LEI nº 14.133/2021**
 - Por que a Lei de Licitações?
 - Histórico Legal da passagem da Lei nº 8.666/93 para Lei nº 14.133/2021;
 - Somente o setor de compras realiza licitação?
 - Divisão da Lei nº 14.133/2021;
 - Modalidades;
 - Licitação eletrônica ou presencial?
 - Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
 - Avanço da utilização do Registro de Preços para Dispensa e Inexigibilidade;
 - Prazo de Duração Contratual;
 - Valores limites da Dispensa de Licitação e atualização anual;
- **PROCESSO LICITATÓRIO: OBJETIVOS, PRINCÍPIOS BASILARES**
 - Objetivos do processo licitatórios
 - Princípios Licitatórios
 - Ênfase no Planejamento
- **OS ATORES DO PROCESSO: ÁREA REQUISITANTE, EQUIPE DE PLANEJAMENTO, AGENTE DE CONTRATAÇÃO, EQUIPE DE APOIO, COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**
 - Quem são os atores da Lei nº 14.133/2021

ÁREA REQUISITANTE

- Entendendo quem é Área Requisitante de uma contratação?
- Qual a responsabilidade da área requisitante
- A área requisitante pode se envolver na fase preparatória?
- Como é feito a solicitação de uma contratação pela área requisitante?

EQUIPE DE PLANEJAMENTO

- Entendendo quem é Equipe de Planejamento de uma contratação?
- Qual a responsabilidade da Equipe de Planejamento de uma contratação?
- Quem designa a Equipe de Planejamento de uma contratação?
- Quem pode compor a Equipe de Planejamento de uma contratação?
- O que a Equipe de Planejamento de uma contratação deve elaborar?
- Equipe de Planejamento de uma contratação está sozinha?

AGENTE DE CONTRATAÇÃO

- Quem é o Agente de Contratação;
- Quem pode ser Agente de Contratação

- Quem designa o Agente de Contratação?
- Posso recusar ser um Agente de Contratação?
- Atribuições do Agente de Contratação;
- Agente de Contratação está sozinho?
- Agente de Contratação e Pregoeiro são as mesmas pessoas?
- Atuação do Agente de Contratação na fase preparatória
- Responsabilidades do Agente de Contratação

EQUIPE DE APOIO

- Quem é a Equipe de Apoio;
- Quem pode fazer parte da Equipe de Apoio;
- Quem designa a Equipe de Apoio?
- Posso recusar fazer parte da Equipe de Apoio?
- Atribuições da Equipe de Apoio;

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- Quem é a Comissão de Contratação
- A comissão de contratação possui quantitativo mínimo?
- Quem pode fazer parte da Comissão de Contratação
- Quem designa a Comissão de Contratação
- Casos especiais para composição da comissão de contratação
- Posso recusar fazer parte da Comissão de Contratação?
- Atribuições da Comissão de Contratação
- Apoio a Comissão de Contratação

FASES DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO

- Fase preparatória: quem compete?
- Caminhos da fase preparatória
- Importância do planejamento na fase preparatória
- Fase Externa: quem compete?
- Caminhos da fase externa
- Importância dos princípios licitatórios na fase externa

PCA - PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL

- O que é o PCA?
- Como surgiu o PCA?
- PCA é obrigatório ou facultativo?
- Objetivos do PCA
- Prazos Legais do PCA
- Onde deve ser feito o PCA
- Como nasce o PCA?
- Quem deve elaborar o PCA?
- O que é necessário conter em um PCA
- Dispensa de Registro no PCA
- Impacto de falta de planejamento na elaboração do PCA
- Tudo que consta no PCA está garantido?

- Contratações não previstas no PCA
 - PCA revisado
 - O PCA consolidado e publicado
 - Executando o PCA da minha unidade
-

PROFESSORA: ADM. ANA CRISTINA ARAÚJO

DFD – DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

- O que é?
- Quem elabora o DFD??
- Objetivo do DFD?
- Quais elementos deve conter no DFD

ETP – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

- Conceito e importância;
- Exigência legal;
- Elementos do Estudo Técnico Preliminar;
- Quem é responsável pela elaboração do ETP?
- Quando utilizar o ETP?
- Hipóteses de dispensar a elaboração do PCA
- Mapa de Risco

PESQUISA DE PREÇOS à Luz da Lei 14.133/2021

- Normas que obrigam a pesquisa de Preços;
- A importância da Pesquisa de Preços para os órgãos de controle;
- As principais funções da Pesquisa de Preços;
- Referências de preços para fins comparativos;
- As diversas formas de realizar a pesquisa de preços;
- As fontes de pesquisa, onde buscar outras fontes para formar a cesta de preços?
- A pesquisa de preços na prorrogação dos contratos (termos aditivos);
- A pesquisa de preços nas adesões (caronas);
- A pesquisa de preços nos processos de inexigibilidade;
- Principais erros na realização da pesquisa de mercado;
- Decisões e recomendações do TCU acerca da Pesquisa de Preços;
- Licitantes também respondem por preços superestimados;
- A Pesquisa de Preços com base nas orientações ***das novas IN nº 73/2020 e IN nº 65/2021***-parâmetros, critérios, metodologia e excepcionalidades.

TR -TERMO DE REFERÊNCIA – ATIVIDADE PRÁTICA

- Conceito e importância;
- Principais funções do TDR
- Quando usar o Termo de Referência ou o Projeto Básico;
- Quem é responsável pela elaboração do TDR?
- **Sua estrutura e principais elementos:**
 - Justificativa da necessidade de contratação/legitimidade da Administração;
 - Definição do objeto;
 - Parâmetros do TR na nova Lei;
 - Indicação de marca – vedação legal; Prova de Qualidade e Padronização;
 - Excepcionalidades para indicar a marca. Em que situações posso indicar a marca? – cuidados;
 - Exigência de Amostras
 - Atendimento aos princípios: Padronização, parcelamento (viabilidade de divisão do objeto, peculiaridades do mercado, economia de escala);
 - Quantitativo do objeto – cuidados com a real demanda do órgão;
 - Objeto – itens ou lote? Atenção para as recomendações do TCU;
 - Indicação de prazos e local de execução do objeto – cuidados;
 - Recebimento provisório e definitivo do objeto;
 - Cuidados no TDR ao especificar serviços:
 - Garantia Contratual, quando exigidas – cuidados e limites percentuais;
 - Garantia do produto ou serviço;
 - Adequação orçamentária (Obediência a Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF);
 - Obrigações da contratada e do contratante (espelho da minuta do contrato);
 - Subcontratação;
 - Quando utilizar o Termo de Referência na Dispensa ou Inexigibilidade;
 - Definições dos Bens e serviços comuns e especiais – o que diz a nova Lei n. 14.133/2021?

CURRÍCULO RESUMIDO DOS INSTRUTORES

Profª Adm. ANA CRISTINAARAÚJO



- Ana Cristina Araújo tem formação em administração de empresas, é especialista em Licitações e Contratos Administrativa e pós-graduada nas áreas: Gestão Pública com ênfase em Controle Externo; Ensino à Distância; e Didática e Docência do Ensino Superior.
- É servidora efetiva do Tribunal de Contas do Estado do Acre (TCE/AC), no cargo de Auditora de Controle Externo, onde atuou por 10 anos como Pregoeira e Presidente da Comissão Permanente de Licitação, sendo responsável pela elaboração de editais, termos de referências e contratos administrativos.
- Atualmente exerce o cargo de Diretora de Administração e Finanças do TCE/AC, coordenando os setores: Comissão de Contratação, Divisão de Gestão de Contratos e Serviços Administrativos; Divisão de Recursos Humanos e a Divisão Financeira.
- É instrutora da Escola de Contas do TCE/AC, orientando agentes públicos estaduais e municipais em matérias que envolvem as compras públicas, desde 2010.
- É consultora e assessora técnica, prestando serviços especializados na área de compras públicas em empresas públicas e privados, desde 2008.
- Atua como professora e palestrante de treinamentos abertos e fechados relacionados com temáticas na área de licitações, em organizações públicas e privadas.
- Já ministrou cursos e treinamentos direcionados para a nova Lei de Licitações e Contratos (Lei n. 14.133/21) desde a sua publicação em 2021.
- É Conselheira Federal Suplente pelo Acre, e Coordenadora do Grupo de Trabalho Central de Compras Públicas do Sistema CFA/CRAs.
- Escreve artigos relacionados às contratações públicas, além de compartilhar regularmente conteúdos acerca do tema em suas redes sociais.
- Possui experiência prática e teórica na área de Licitações e Contratos há quase 20 anos.

PROF. ADM. SENDER SIL



- Graduado em Administração com habilitação em Análise de Sistema; Especialista em Licitação; Pós-graduado em Negociação Coletiva pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Curso de Extensão em Desenvolvimento da Gestão Estratégica pela Universidade de Brasília;
- Conselheiro Regional Suplente do Conselho Regional de Administração no Estado do Acre;
- Servidor Efetivo no Cargo de Administrador desde 2009;
- 15 anos tendo exercido suas atividades no Ministério do Trabalho, Ministério da Economia (atual Ministério da Fazenda) e Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos.
- Atualmente, ocupa a Gestão da Seção da Seção de Licitações e Contratos do Ministério da Gestão do Acre;
- Atuação na área de compras da Controladoria Geral da União, Superintendência Regional do Patrimônio da União, Superintendência Regional do Trabalho e Procuradoria da Fazenda Nacional;
- Pregoeiro a 15 anos;
- Palestrante de temas relacionados a Licitação, com ênfase na fase preparatória e na operacionalização do sistema de seleção de fornecedores (compras.gov.br)